

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**Desenvolvimento e subdesenvolvimento na
América Latina: um estudo sobre o
desenvolvimentismo e suas consequências
socioambientais recentes.**

Heitor Ponce Dellasta

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina: um estudo sobre o desenvolvimentismo e suas consequências socioambientais recentes.

Heitor Ponce Dellasta¹

Resumo: Esse trabalho pretende promover um olhar crítico às tentativas de desenvolvimento promovidas pelos Estados desenvolvimentistas da América Latina entre 1950-1970, e suas recentes atuações nos chamados governos progressistas na virada para o século XXI, com especial atenção às suas consequências socioambientais recentes. Nossa hipótese é a de que os Estados desenvolvimentistas, a partir de uma estratégia que busca alcançar apenas o desenvolvimento econômico a partir do crescimento ilimitado, promovem notórias consequências no que tange áreas e populações locais e tradicionais. Retomamos o desenvolvimentismo para analisar as principais revisões críticas a essa estratégia, a partir do colonialismo interno, marginalidade, bem-viver e pós-extrativismo. Destacamos Celso Furtado por sua contribuição essencial para essas discussões no Brasil.

Palavras chave: Desenvolvimentismo. Celso Furtado. Bem viver. Pós-extrativismo.

Abstract: This work intends to promote a critical look at the development attempts promoted by the developmentalism States of Latin America between 1950-1970, and their recent actions in the so-called progressive governments at the turn of the 21st century, with special attention to their recent socio-environmental consequences. Our hypothesis is that the developmentalism States, based on a strategy that seeks to achieve only economic development based on unlimited growth, promote notable consequences with regard to local and traditional areas and populations. We resumed developmentalism to analyze the main critical revisions to this strategy, based on internal colonialism, marginality, buen-vivir and post-extractivism. We highlight Celso Furtado for his essential contribution to these discussions in Brazil.

Keywords: Developmentalism. Celso Furtado. Buen vivir. Post-extractivism.

¹Graduando em Ciências Econômicas. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista de Iniciação Científica processo nº 2019/19266-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

I – Introdução

Usualmente, no Brasil, e na maioria dos países da América Latina, o termo desenvolvimentismo remete a uma expressão particular da economia do desenvolvimento em nosso subcontinente (FONSECA, 2004; 2015). Para falar em desenvolvimentismo é preciso entendê-lo como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes, isto é, quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico e que este é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser (FONSECA, 2004, p. 227). Partindo dessa interpretação, a pesquisa em andamento que dá base para esse artigo, tem como objetivo central investigar quais as relações entre a expressão latino-americana do desenvolvimento a partir das estratégias desenvolvimentistas em diferentes momentos de nossa história e quais as consequências socioambientais recentes dessa atuação para as áreas e populações do campo e da floresta.

Destacamos que a América Latina desempenhou um papel importante na criação de revisões contestadoras do desenvolvimento, como são as contribuições da teoria estruturalista e das diferentes ênfases das teorias da dependência (KAY, 1989; 2018). Essas discussões trouxeram contribuições consideráveis e essenciais para história econômica de nosso subcontinente, mas também padeceram de algumas limitações, em outras palavras, suas propostas não conseguiram questionar seriamente os núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional, entendido a partir do progresso linear e particularmente expresso em termos de crescimento econômico e material (ACOSTA, 2016a, p. 49). É nesse sentido que acreditamos nas contribuições das recentes discussões levantadas a partir dos conceitos de pós-extratativismo e bem viver (GUDYNAS, 2016; ACOSTA, 2016a).

Nesse sentido, destacamos a obra de Celso Furtado (1920-2004) a partir de algumas preocupações que vão ao encontro das visões críticas das teorias da dependência, em especial, pelos conceitos de colonialismo interno e marginalidade; assim como, pelas preocupações do autor que se apresentam como preâmbulos de pensamentos contemporâneos da América Latina como são o pós-extratativismo e o bem viver. Pretendemos com essa pesquisa investigar as visões críticas e as contestações da estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico, especialmente a partir de leituras latino-americanas sobre as repercussões socioambientais e, a partir disso, buscar

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

alternativas e transições para sustentabilidade a partir de experiências latino-americanas contemporâneas.

Assim, o presente artigo, além desta breve introdução e considerações finais, apresenta duas seções. A próxima seção apresenta uma breve retomada da construção do conceito latino-americano de desenvolvimentismo a partir de aproximações entre dois momentos históricos distintos, o primeiro no período entre 1950 e 1980 e o segundo a partir da vitória dos principais governos progressistas na virada para o século XXI; tentaremos demonstrar que a estratégia desenvolvimentista apresenta um núcleo central responsável pela construção de um projeto nacional orientando para alcançar um desenvolvimento econômico similar ao dos países centrais, que ignora as lutas e sonhos de populações tradicionais e da natureza. A segunda seção pretende recuperar os principais olhares latino-americanos críticos ao desenvolvimentismo a partir da recuperação das teorias da dependência com ênfase nas discussões sobre colonialismo interno e marginalidade e também a partir das recentes discussões sobre bem-viver e pós extrativismo; é importante destacar que Furtado apresenta-se como o principal fio condutor dessa segunda seção, sendo suas reflexões pioneiras e essenciais para uma verdadeira compreensão do subdesenvolvimento e seus caminhos de superação.

II – Do desenvolvimentismo clássico ao desenvolvimentismo progressista

Foi após a segunda Guerra Mundial que a chamada economia do desenvolvimento ganhou destaque na América Latina como consequência da notória diferença entre os indicadores econômicos e sociais encontrados nas massas das populações dos países da periferia em comparação com os centros industriais (LARRAIN, 1989; HETTNE, 1990). A partir daí a contribuição de nosso subcontinente tornou-se fundamental ao questionar os paradigmas dominantes dos centros industriais e construir uma leitura original sobre as especificidades do desenvolvimento econômico na periferia (RODRIGUEZ, 1981). Como afirma Kay (1989), esse período seria caracterizado pela construção de um sentimento e uma consciência por parte dos países que compunham a periferia do sistema, contrários aos pressupostos que garantiam a diferença de desenvolvimento das regiões pelo grau de maturidade do sistema econômico e industrial².

² Uma série de pensadores alcunhados como pioneiros do desenvolvimento, contribuíram para a formatação do arcabouço teórico do desenvolvimentismo clássico, a ver: Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis e

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Prebisch (1949) inaugura essas discussões com o primeiro ensaio de impacto organizado em nome da Comissão Econômica para a América Latina e para o Caribe (CEPAL). O autor tem como ponto de partida uma crítica à teoria das vantagens comparativas e ao sistema da divisão internacional do trabalho, pelos quais, à América Latina “como parte da periferia do sistema econômico mundial, correspondia o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais” (PREBISCH, 2011 [1949], p.95). Destacando a acentuada diferença entre países da periferia em comparação aos países centrais, no que tange à qualidade de vida das massas, à poupança interna e, em especial, os indicadores de produtividade, Prebisch (1949; 1951) demonstra uma preocupação com a discrepância entre o progresso técnico encontrado nos centros industriais em comparação com a periferia, que a partir daquele momento, e até hoje, tornar-se-ia uma recorrente problemática dentro da discussão sobre desenvolvimento econômico latino-americano, isto é, uma preocupação com o processo de elevação dos níveis de produtividade real da força de trabalho, obtido por meio de métodos mais eficientes e que tinham como produto final a elevação da renda e a melhora das condições de vida das massas (RODRIGUEZ, 1981).

Como afirma Prebisch (1949; 1951) as enormes vantagens dos aumentos de produtividade global não chegam com a mesma intensidade nas periferias do sistema tal qual ocorria nos centros industriais. A América Latina apenas beneficiava-se pela difusão do progresso técnico quando eram necessárias produções de alimentos e matérias primas de baixo custo para manutenção do funcionamento e melhoramento dos centros industriais (PREBISCH, 1949, 1951). Nesse sentido, o autor argumenta a impossibilidade de confiar nas exportações de produtos primários como mecanismo central de crescimento econômico e defende um novo estilo de desenvolvimento econômico pautado pela industrialização (RODRIGUEZ, 1981; 2009), isto é, um “instrumento para promover o desenvolvimento progressivo da produção interna e elevar o nível de consumo interno dos países” (PREBISCH, 2011 [1951], p.248).

Para Bielschowsky (2000), tal defesa da industrialização vem acompanhada pela atuação consciente do Estado e suas instituições, constituindo uma primeira expressão do paradigma desenvolvimentista latino-americano (BIELSCHOSKY, 2000). Como recorda Fonseca (2015, p.15), o conceito de desenvolvimentismo aparece na literatura tanto para

Hirschman. Mais detalhes podem ser encontrados em CARDOSO (2018).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

referir-se a um fenômeno da esfera do pensamento como para nomear práticas históricas de política econômica, e dado sua multiplicidade de interpretações, justifica-se a necessidade de colocá-lo como um dos conceitos centrais deste artigo.

Considerando a interpretação de Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimentismo sugere uma estratégia nacional que permite alcançar gradualmente o nível de desenvolvimento econômico encontrado nos centros industriais. Levando em conta a especificidade dos países periféricos, é a resposta à necessidade de que “para se desenvolverem, os países precisam definir, eles próprios, suas políticas e instituições responsáveis por promover uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.7). De maneira similar, Bielschowsky (1988; 2000) sugere que o desenvolvimentismo é uma ideologia de transformação das sociedades periféricas por meio de um projeto econômico nacional orientado pelo planejamento eficiente e racional dos recursos econômicos, cujas ações ocorrem por intermédio do Estado com o intuito de superação da pobreza (BIELSCHOSWKY, 1988, p.7). Seja pela definição de Bielschowsky (1988) ou de Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimentismo seria uma política econômica implementada deliberadamente, com o intuito de coordenar um conjunto de instituições orientadas para o desenvolvimento econômico nacional, mais especificamente, tendo como objetivo superar os desequilíbrios estruturais e dinâmicos dos países periféricos promovidos pelo comércio internacional desigual.

De acordo com Fonseca (2015, p.20), é possível destacar um núcleo comum do desenvolvimentismo que considera a existência de um projeto nacional deliberado, tendo como objetivo a preocupação com a nação e seu futuro, e a intervenção consciente do Estado a fim de orientar agentes públicos e privados.

Embora uma primeira falência da estratégia desenvolvimentista tenha ocorrido no final dos anos 1980, inúmeros governos latino-americanos na virada para o século XXI buscaram uma estratégia econômica alternativa à ortodoxia convencional que havia estado vigente no período anterior, entre os anos de 1980 e 2000. Ainda que com modificações substanciais na condução da política econômica, esse novo modelo estava fortemente conectado com o ideal desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2006; 2010). Em outras palavras, continuava a ser uma estratégia nacional de desenvolvimento pela qual os países latino-americanos procuraram alcançar os países desenvolvidos no que diz respeito a indicadores de qualidade de vida das massas (BRESSER-PEREIRA,

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

2010, p. 19). É justamente a partir desses chamados governos progressistas³ que tentamos associar a retomada de uma agenda política desenvolvimentista e posteriormente argumentar sobre a manutenção de severas consequências socioambientais.

Nesse sentido, apresentamos as classificações “novo-desenvolvimentismo”, que aparece em Bresser-Pereira (2006), e “social-desenvolvimentismo”, encontrada em Bastos (2012). Para Bresser-Pereira (2006, p.10-11), o novo-desenvolvimentismo preocupa-se com o crescimento econômico e com a transformação da realidade da sociedade nacional, ao almejar objetivos de desenvolvimento econômico e justiça social em um quadro internacional de competição. De forma similar, o social-desenvolvimentismo resgata o papel do Estado na orientação do modelo de desenvolvimento como tentativa de contornar as restrições externas contemporâneas e proteger um quadro interno de bem-estar social (BASTOS, 2012). Como destacado em Fonseca (2015, p.47), ambos conceitos recentes, preservam todos os atributos contidos no conceito de desenvolvimentismo clássico, ainda que as estratégias de atuação tenham sido modificadas (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Outra importante bibliografia surge após o auge e declínio desses governos progressistas e compõe outro olhar crítico para a retomada do pensamento desenvolvimentista. Gudynas (2009; 2010) procura demonstrar que esses governos sul-americanos apresentam como preocupação comum o combate à pobreza por meio da atuação de um Estado desenvolvimentista, particularmente, por meio de uma estratégia de desenvolvimento nacional que tem como destaque a adoção de um modelo econômico de grande impacto socioambiental, os chamados empreendimentos extrativistas (GUDYNAS, 2009). Pela argumentação do autor, o desenvolvimentismo recente seria caracterizado pela presença simultânea de um Estado extrativista e compensador, ou seja, pela união do estímulo aos programas sociais de combate à pobreza que têm como forma de financiamento a apropriação de excedentes oriundos das exportações dos empreendimentos extrativistas, culminando no que se denominou Estado neoextrativista (GUDYNAS, 2009). Particularmente, Gudynas (2012) demonstra que essa relação entre neoextrativismo e desenvolvimentismo distributivo cria um discurso de legitimação que afirma uma defesa dos empreendimentos extrativistas como necessários para melhorar a

³ São eles: Lula e Dilma Rousseff no Brasil, Néstor e Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Tabaré Vazquez e José Mujica no Uruguai e Hugo Chávez na Venezuela.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

qualidade de vida das massas e combater a pobreza. (GUDYNAS, 2012 [2009], p.313). Ainda que não inserida na discussão neoextrativista, é importante destacar que existe uma ideia muito similar em Bastos (2012, p. 724) sobre um desenvolvimentismo distributivo do setor público, pelo qual ocorre uma “ênfase no mercado interno e no papel do Estado para influenciar a distribuição de renda e a alocação de investimentos”.

Para definir neoextrativismo⁴ Gudynas (2017) considera os diferentes empreendimentos relacionados a mineração, petróleo e agropecuária monocultura e intensiva que provem uma apropriação de recursos naturais em “grandes volúmenes y/o alta intensidad, donde la mitad o más son exportados como materias primas, sin procesamiento industrial o procesamientos limitados” (GUDYNAS, 2017, p.32). Tal definição vem recorrentemente sendo utilizada por outros autores latino-americanos, como é o caso de Acosta (2016b) ao argumentar sobre a dependência econômica associada aos empreendimentos extrativistas. Para o autor, o conceito de neoextrativismo abrange preocupações de que a “pobreza em muitos países está relacionada à existência de uma riqueza em recursos naturais” (ACOSTA, 2016b [2011], p.47), isto é, temas que envolvem processos de desindustrialização e manutenção da pauta primário-exportadora na América Latina⁵. Outro olhar crítico que utiliza do conceito de neoextrativismo pode ser encontrado na classificação que trata de conflitos socioambientais, ou seja, “aqueles ligados ao acesso, conservação e controle dos recursos naturais, [...] em um contexto de assimetria de poder” (SVAMPA, 2016 [2011], p.143); em outras palavras, trata-se de conflitos que atingem diretamente as áreas e populações do campo, como consequência de um processo de marginalização caracterizado pela não inclusão dessas áreas e grupos em circuitos de decisão política, quase sempre, colocando interesses econômicos acima de interesses comunitários e ecológicos (SVAMPA, 2016). Também, o neoextrativismo aparece para discutir a apropriação da natureza, isto é, o desenvolvimentismo recente seria uma concepção reducionista da natureza ao considerá-la como um capital natural disponível para exploração, mercantilização e acumulação sem considerá-la como um sujeito de direitos (ACOSTA E BRAND, 2018); os direitos da natureza são

⁴ É importante destacar que *extrativismo* e *neoextrativismo* são conceitos que não se aproximam em nenhum momento do termo *extrativista* utilizado em português para se referir a extração ou obtenção sustentável de recursos naturais da floresta sem afetar a existência do ecossistema ou sua biodiversidade.

⁵ Outros argumentos críticos a acumulação primário-exportadora e suas consequências econômicas possibilitaram a construção de uma tese sobre a *maldição da abundância* por Acosta (2009), a ver: deterioração dos termos de intercâmbio, doença-holandesa, problemas em balanças de pagamentos e contas fiscais e corporativismo.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

compreendidos como uma defesa da existência e reprodução dos seres humanos associada a existência e reprodução dos ciclos biológicos da natureza (GLASS, 2016).

Nesse sentido, o neoextrativismo seria um termo tanto para a dependência econômica associada a manutenção da pauta primário-exportadora, quanto para a apropriação de recursos naturais a partir da imposição do poder e da violação dos direitos dos seres humanos e da natureza⁶ (GUDYNAS, 2013).

Nossa intenção até aqui foi uma tentativa de demonstrar a manutenção de uma agenda desenvolvimentista entre os períodos de 1950-1980, ao que chamamos desenvolvimentismo clássico, e os períodos 2000-2015, ao que chamamos desenvolvimentismo progressista ou neoextrativismo. Destacamos que nossa afirmação não é a de que são modelos idênticos, mas sim, de que são modelos com traços comuns no que diz respeito a tentativa de reorientação das políticas econômicas e institucionais a favor de um projeto nacional a partir do desenvolvimento econômico (FONSECA, 2015). Sendo assim, a inquietação que segue nessa pesquisa busca investigar as relações entre as agendas desenvolvimentistas e as consequências socioeconômicas e, em especial, socioambientais recentes.

IV. Preocupações socioambientais a partir de olhares críticos ao desenvolvimentismo

Ainda que o declínio do que chamamos de desenvolvimentismo clássico tenha sido datado a partir dos anos de 1980, não tardou para a vigência desse pensamento com origens cepalinas ser questionado a partir dos pressupostos que investigavam a não obtenção dos efeitos esperados dessa estratégia nos quadros socioeconômicos para grande parcela da população da região latino-americana (KAY, 1989; 2018). Grande destaque merece ser concedido, sobretudo, às teorias da dependência, cujo marco teórico está situado principalmente entre os anos de 1960 e 70.

Muitas das interpretações que compuseram a escola de pensamento dependentista, ainda que de acordo com diversos diagnósticos promovidos pelo sistema centro-periferia, negavam a crença de que os desequilíbrios periféricos poderiam ser resolvidos por meio

⁶ Os Direitos da Natureza ganharam destaque após terem sido aprovados pela Constituição do Equador em 2008. Para mais detalhes ver: Acosta e Martinez (2011) e Gudynas (2014).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

de políticas de industrialização (MARINI, 1973). Essa abundante literatura, muito pelo contrário, destacava que os problemas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico estavam, passo a passo, sendo intensificados como consequência da concentração de renda e segregação étnico-racial a partir das políticas desenvolvimentistas, isto é, criava-se uma teoria sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento (FRANK, 1966) que abriria um primeiro espaço de questionamento sobre a estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico a partir da tensão criada entre *desenvolvimento econômico* e *desenvolvimento socioeconômico* (CASANOVA, 1965; FURTADO, 1961; 1964; 1967). Seria a partir da constatação da intensificação da pobreza e da exploração da mão de obra em determinadas áreas e populações, que o olhar crítico da dependência investigava os notórios desequilíbrios locais e regionais como consequência da estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico (FRANK, 1966).

Particularmente, são os conceitos de marginalismo e colonialismo interno (KAY, 1989) que consideram a coexistência de dois modos de produção distintos nas economias latino-americanas: um capitalista e um não capitalista; e que investigam uma das características fundamentais de uma economia dependente: a piora no quadro socioeconômico de determinadas áreas e populações como contrapartida da melhora socioeconômica de outras áreas e populações minoritárias. Ou seja:

“Estos fenómenos, el marginalismo o la no participación en el crecimiento del país, la sociedad dual o plural, la heterogeneidad cultural, económica y política que divide al país en dos o más mundo con características distintas, se hablan esencialmente ligados entre sí y ligado a su vez con un fenómeno mucho más profundo, que es el colonialismo interno, o el dominio y explotación de unos grupos culturales por otros” (CASANOVA, 2015 [1965], p.73-74).

Aí reside uma argumentação que acompanha diferentes autores nessa época, que se propõe a investigar as assimetrias de um Estado desenvolvimentista⁷. Para Stavenhagen (1965) o desenvolvimentismo seria um processo de modernização das sociedades latino-americanas que estaria circunscrito apenas ao benefício de um grupo minoritário nos países periféricos. Para o autor, destaca-se a percepção não só de um aprofundamento da pobreza em determinadas áreas e grupos específicos, mas também a

⁷ Ainda que DESAL (1970) e Germani (1970) tenham uma defesa favorável a intensificação das políticas desenvolvimentistas, preferimos manter esse debate para um próximo momento; por agora, entendemos que essas propostas argumentam por uma difusão da cultura da pobreza (STAVENHAGEN, 1965, p.22) e por um capitalismo de pobres (QUIJANO, 2014 [1998], p.228).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

consideração de que “con frecuencia el desarrollo de una zona implicaba el subdesarrollo de otra” (Stavenhagen, 1965, p.20). Também para Mariátegui (1965, p.49) ao analisar a realidade peruana, percebe-se que “su desarrollo está subordinado a los intereses y a las necesidades de los mercados [regionales y globales]”. Como afirmou Kay (1989), as contribuições desse período tentam demonstrar a impossibilidade de um Estado desenvolvimentista promover uma melhora relevante na qualidade de vida nacional, dada a constatação de uma piora no quadro socioeconômico, em sua totalidade, de áreas e populações do campo. Isso aparece explicitamente em Casanova (2015 [1965], p.74) quando destaca que “la sociedad marginal es predominantemente rural”, também para Stavenhagen (1965, p.17), ao perceber as “grandes diferencias sociales y económicas entre las zonas rurales, las poblaciones indígenas y entre la massa de los campesinos”, assim como para Mariátegui (1965, p.119) ao dizer que “el problema primario, es el problema del indio y de la tierra”.

De maneira semelhante, a preocupação com desequilíbrios locais e regionais aparece no Brasil sob a luz do conceito de subdesenvolvimento. Furtado (1961) manifestou pela primeira vez uma explicação sistemática sobre a convicção de que o subdesenvolvimento merecia uma interpretação teórica própria em comparação com as teorias dos centros industriais, cujo recorte “apresentava a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possuía uma nítida dimensão histórica” (FURTADO, 2009 [1961], p.147). Como descreve Furtado (1961), a expansão da economia industrial do século XIX rumo a regiões onde já havia previamente um sistema econômico de base artesanal, isto é, as atuais regiões periféricas, consolidou uma economia dualista que funcionava parte em sistema capitalista e parte em sistema tradicional; a consideração da coexistência desses dois sistemas é que viria a compor a consideração de que a economia dualista constitui o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 2009 [1961], p.161). Esse mesmo argumento reaparece no autor em uma apresentação mais didática: o dualismo é descrito como um fenômeno de coexistência entre um modo de produção capitalista e outro modo de produção não capitalista, que estão inseridos dentro de um quadro de dependência (FURTADO, 2000 [1967], p.156). Ou seja:

“A palavra dualismo leva à confusão, pois parece sugerir que os dois modos de produção existem num mesmo espaço, mas independentemente um do outro, ou que o setor em atraso tende necessariamente a ser absorvido pelo mais dinâmico, vale dizer, o capitalista. Ora, o que caracteriza o dualismo é exatamente a interdependência dos dois modos de produção. [...] O estudo do

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

dualismo consiste exatamente em descobrir essas interdependências” (FURTADO, 2000 [1967], p.156).

Tal necessidade de estudo das interdependências nos levaria aos polos de maior discrepância entre a consolidação do sistema mais dinâmico em comparação com sua ausência parcial ou total; em outras palavras, tentaremos demonstrar um olhar mais atento do autor sobre as diferenças socioeconômicas encontradas em áreas e populações do campo em comparação com áreas e populações urbanas (FURTADO, 1962; 1964). Segundo Mallorquín (1999; 2013), as obras de Furtado situadas no período 1958-64 são reflexões decorrentes da própria atuação teórico-prática do autor no desenvolvimento do Nordeste brasileiro, e nesse sentido, suas discussões sobre desequilíbrios locais e regionais dizem sempre respeito a essa região. Isso fica claro quando Furtado (1962) analisa o desenvolvimento econômico do Nordeste inserido em um sistema nacional dependente, ou seja, quando investiga que o “desenvolvimento de uma região se realiza em concorrência com outras regiões” (FURTADO, 1962, p.49). O problema do Nordeste, como percebe Furtado (1962, p.51) “é idêntico ao dos países subdesenvolvidos face das nações altamente industrializadas do mundo atual”, considerando que, “a coexistência de nações altamente desenvolvidas e subdesenvolvidas constitui um fator de perturbação para o crescimento dessas últimas”. Quando investiga esse momento intelectual do autor, Mallorquín (1999; 2013) discute as importantes aproximações do pensamento de Furtado com outros autores da dependência, isto é, a persistência do fenômeno do subdesenvolvimento não só continuava perceptível, como também eram cada vez mais notórias as relações de dependência socioeconômica que provocavam um “distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população” (FURTADO, 1974, p.69).

A partir dessas considerações investigamos uma primeira aproximação do pensamento do autor brasileiro aos olhares críticos promovidos pelo marginalismo e pelo colonialismo interno. Para Furtado (1962) a crescente concentração social e geográfica da renda é representação do desmedido custo social que o desenvolvimento econômico promovia no Brasil, em sua totalidade, atingindo “as grandes massas que trabalham no campo e cuja atuação não recebe nenhum benefício das políticas de desenvolvimento” (FURTADO, 1962, p.14). De modo similar, para Casanova (2015 [1965] p.90), a sociedade dual seria consequência de uma “não participação das áreas e populações rurais no desenvolvimento econômico, social e cultural do país”. Como observado por Santos

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

(2000) e Mallorquín (2013), foi por consequência do caráter dependente das economias latino-americanas que se desdobrou um olhar crítico à estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico que comumente promovia a exclusão de áreas e populações do campo, tanto por não colherem os benefícios do progresso técnico quanto por não participarem ativamente das decisões políticas (KAY, 1989).

De maneira muito similar, nossa preocupação com as consequências socioambientais não tardou para ser diagnosticada e, nesse sentido, encontramos importantes contribuições de Furtado (1974; 1984). Como destaca Cavalcanti (2003), é a partir desse período iniciado em meados dos anos 70 que o autor brasileiro se antecipou em perceber os condicionantes socioambientais do progresso econômico contemporâneo em um momento onde as questões ecológicas⁸ eram totalmente omitidas nos debates da era do desenvolvimentismo; seu vanguardismo no assunto é dado, em especial, por sua tese que investigava a impossibilidade da generalização dos padrões de consumo dos países altamente industrializados (FURTADO, 1974). Como destaca o autor, “a ideia de que os povos pobres podem um dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos” seria simplesmente irrealizável (FURTADO, 1974, p.75), isso porque a expressão desse estilo de vida na periferia corresponderia a uma tendência ao agravamento dos desequilíbrios locais e regionais como “consequência do desperdício de recursos provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo dos grupos privilegiados” (CAVALCANTI, 2003, p.75) e “em termos da depredação do mundo físico [...] que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização” (FURTADO, 1974, p.75). Particularmente, a expressão socioambiental da dependência em Furtado (1974), aparece no como uma consciência ecológica atenta aos “custos para a coletividade da destruição dos recursos naturais não-renováveis” (FURTADO, 1974, p.116). Sobre o assunto, Furtado conclui:

“Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e crescimento” (FURTADO, 1974, p.75).

⁸ *O mito...* (1974) é o primeiro livro de Furtado a tratar de assunto sobre a ecologia tendo como influência o relatório *Limites ao Crescimento*, de 1972, e o livro de Georgescu-Roegen, de 1971 (CAVALCANTI, 2003).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Seria justamente pela união de preocupações com um desenvolvimento socioeconômico e socioambiental que teríamos uma nova expressão da dependência como um fenômeno cultural, a partir do mimetismo dos padrões de consumo. Para Furtado (1978) a dependência cultural e seria uma expressão da ideologia do progresso e do desenvolvimento, a primeira classificada como “alavanca ideológica para fomentar a consciência de grupos antagônicos” e a segunda descrita como “consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência” (FURTADO, 1978, p.105). Em outras palavras, na medida em que a criatividade estaria a serviço do processo de acumulação, os meios tendem a ser vistos como fins, isto é, o desenvolvimento tende a ser visto como crescimento econômico, assumindo na periferia papel de políticas desenvolvimentistas e extrativistas (GUDYNAS, 2009) e, simultaneamente, garantindo um empobrecimento e homogeneização cultural (CAVALCANTI, 2003).

É importante percebermos que o pioneirismo de Furtado (1974; 1978) nas preocupações socioambientais será refletido posteriormente a partir dos olhares críticos e pensamentos de autores recentes ligados aos conceitos de pós-extrativismo e bem-viver. Como afirma Bianconi (2018, p.125), a luta contra a dependência apresenta-se para Furtado (1984; 1998) como uma busca por outras formas de desenvolvimento que impliquem capacidade criativa própria e não simplesmente a transmissão de valores culturais vindos do exterior; entendemos a argumentação do autor no que tange a uma preocupação com a participação efetiva dos grupos excluídos no processo político (FURTADO, 1984, p.12). Tanto para Furtado (1998, p.64) ocorre a urgência de novas prioridades para a ação política em função de uma “nova concepção do desenvolvimento, posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o equilíbrio ecológico”, quanto para Acosta (2016a, p.76) argumenta-se a necessidade de “construir outra sociedade sustentada em uma convivência cidadã em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo”.

Os principais olhares críticos para o que chamamos de desenvolvimentismo progressista surgem a partir da consideração do próprio conceito de neoextrativismo e podem ser interpretadas como um desdobramento do pensamento inicial levantado pela dependência e por Furtado ao acrescentarem uma preocupação com a natureza e garantir uma nova tensão entre um *desenvolvimento econômico* e um *desenvolvimento socioambiental*, isso é, um desenvolvimento genuíno preocupado em conduzir interações

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

mutuamente benéficas entre os componentes humanos e ecológicos.

Afirmando, mais um vez, nossa preocupação central com as áreas e populações do campo, a aproximação que tentamos demonstrar entre o desenvolvimentismo clássico e o desenvolvimentismo progressista ocorre por meio da consideração de um estilo de desenvolvimento econômico com grande impacto social e devastação ecológica; conjuntamente, argumentamos a manutenção e intensificação da dependência dos circuitos econômicos internacionais por meio da pauta primário-exportadora que impossibilita a construção de alternativas ao desenvolvimento (GUDYNAS, 2016).

Nossa inquietação e movimento diz respeito à tentativa de buscar alternativas ao desenvolvimento que construam preocupações socioeconômicas e ecológicas, em especial, coincidentes com a realidade cultural heterogênea do Brasil. Ocorre-nos a necessidade de recuperar a história das ideias do desenvolvimentismo latino-americano clássico e contemporâneo, dando atenção à particularidade da marginalização das áreas e populações do campo em circuitos políticos e econômicos. Para Furtado (1984; 1998), pensar em desenvolvimento é começar por indagar as relações existentes entre a cultura como sistemas de valores e avançar por modificar as bases estruturais do subcontinente latino-americano, com o intuito de aprofundar a percepção da realidade social e ecológica da região. Nesse sentido, argumentaremos que tais preocupações, como nos demonstram Acosta (2016a; 2016b) e Gudynas (2016, 2017), devem ser investigadas à luz dos conceitos de pós-extrativismo, entendido como a “construção de economias sustentáveis, que respeitem as culturas e a natureza” (ACOSTA, 2016b, p.82), e de bem-viver, interpretado como “uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida em harmonia com a natureza” (ACOSTA, 2016a, p.23-24).

Seria a partir da união do conceito de neoextrativismo e da nossa preocupação com um desenvolvimento socioambiental que estamos testando três *hipóteses* ao longo dessa pesquisa: (i) de que o Estado desenvolvimentista e consequentemente a exclusão de áreas e populações do campo continuam a ser uma preocupação latino-americana no século XXI, (ii) de que o neoextrativismo é a atual estratégia desenvolvimentista de desenvolvimento econômico latino-americano, e (iii) de que os conceitos de pós-extrativismo e bem-viver seriam as melhores abordagens teórico-práticas preocupadas com um entorno econômico, social e ecológico dignos a todas as formas de vida humanas ou não humanas. Por isso, nossa *hipótese central* é a de que a obra de Furtado seria essencial para compreensão da atual realidade brasileira por apresentar um preâmbulo dos

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

pensamentos contemporâneos da América Latina como são o pós-extrativismo e o bem-viver.

Sustentamos, assim, que o Brasil vive momentos preocupantes no que diz respeito a seus modelos socioeconômicos e ecológicos, em especial, como consequência da exaustão dos modelos desenvolvimentistas de desenvolvimento econômico atrelados aos conceitos de progresso e desenvolvimento⁹ (FURTADO, 1984). É nesse sentido que acreditamos ser importante investigar novos e recentes debates sobre a relação sociedade-natureza, tencionando a lógica insustentável do extrativismo e suas dimensões destrutivas sobre as áreas e populações do campo. Pós-extrativismo e bem-viver apresentam-se como conceitos que relacionam teoria e prática para promoção de alternativas ao desenvolvimento, focando em formas de viver mais autônomas e cooperativas entre seres humanos e seres não humanos (ACOSTA, 2016a). Nossa investigação busca discussões sobre pensamentos que colocam a questão da natureza e dos conflitos socioambientais no centro da problemática do desenvolvimentismo brasileiro, entendendo que, se por desenvolvimento econômico se entende crescimento econômico, há uma notória discrepância entre os meios e os fins no que tange à manutenção e reprodução de todas as formas de vida.

III – Considerações finais

Para responder a nossas preocupações com o desenvolvimento socioambiental recente no Brasil, tentamos investigar e analisar as obras de Furtado considerando seu olhar crítico ao desenvolvimentismo e a suas tensões socioambientais a partir da década de 70, isto é, tentamos entender o autor como uma expressão crítica e como um preâmbulo dos pensamentos mais contemporâneos como são o pós-extrativismo e o bem-viver. Buscamos analisar e delimitar os conceitos de desenvolvimentismo e neoextrativismo para, a partir desses, tentarmos entender as relações do desenvolvimento com as consequências socioambientais no cenário brasileiro contemporâneo. Por fim, nossa investigação tentou buscar novos caminhos a partir dos conceitos de pós-extrativismo e bem viver como forma de promover um desenvolvimento economicamente viável,

⁹ Clovis Cavalcanti em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU) chegou a afirmar que “não há nenhuma semelhança, praticamente só diferenças, entre o desenvolvimentismo progressista e a linha proposta por Furtado”. In: <https://bit.ly/2yWNS4o>; acessado em 01/8/2019.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

socialmente justo e ecologicamente adequado.

Como menciona Fonseca (2015), o conceito de desenvolvimentismo apresenta um núcleo comum que considera a existência de um projeto nacional com o intuito de coordenar um conjunto de instituições para atingir o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, tentamos demonstrar que a ideologia do desenvolvimentismo segue contemporânea nos recentes governos progressistas sul-americanos por meio do neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; 2016), assim como suas consequências estão salientadas pela dependência econômica e manutenção da pauta primário exportadora, pelos conflitos sócio-territoriais e pela concepção reducionista da natureza (ACOSTA e BRAND, 2018). Dito isso, não nos resta dúvida de que a economia brasileira deve ser investigada sob olhares críticos ao conceito de desenvolvimentismo, tal qual argumenta Furtado e os estudos teórico-práticos sobre pós-extrativismo e bem viver. Trazemos atenção para a construção de alternativas ao desenvolvimento no sentido de deter a deterioração social e a destruição ecológica ao tentarmos cumprir dentro das ciências econômicas com o papel de investigar a construção de economias de transição¹⁰ (GUDYNAS, 2016).

É nesse sentido que os estudos de transição e alternativas merecem mais atenção. Acreditamos que a contribuição de Furtado para as atuais linhas de pesquisa que se preocupam com transições econômicas, sociedades socialmente igualitárias e ecossistemas regenerativos é fundamental pelos questionamentos implícitos e explícitos do autor sobre alternativas sistêmicas que englobam modificações direcionadas para a satisfação das necessidades básicas da coletividade, aumento do grau de autonomia e consciência sobre os limites de recursos não renováveis (FURTADO, 1978, 1984). Sendo assim, para enfrentar nosso cenário contemporâneo, acreditamos na necessidade de um reposicionamento da economia frente à natureza, isto é, rejeitar a visão de dominação do ser humano frente aos ecossistemas, buscando um envolvimento que vai além da sustentabilidade em busca da regeneração.

¹⁰ Sobre o assunto destacamos o artigo sobre a viabilidade econômica de uma transição pós-extrativista para o caso peruano: “*Es económicamente viable una economía post-extractivista?*” (SOTELO e FRANCKLE, 2011) e sobre valoração econômica da natureza: “Qual o valor da natureza?” (LOURENÇO, 2019).

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

V – Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *La maldición de la abundancia*. Quito: CEP, Swissaid & Abya Yala 2009.

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016a.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016b.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas para o labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante, 2018.

ACOSTA, Alberto; MATINEZ, Esperanza. *La naturaleza con derechos*. Quito: Abya-Yala, 2011.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.21, número especial, p.779-810, 2012.

BIANCONI, Renata. Subdesenvolvimento, tecnologia e padrões de consumo: discussões a partir da obra de Celso Furtado. *Cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v.13, n.23, p.103-128, 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - V.1*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Novo-desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.20, n.3, p.5-24, 2006.

CARDOSO, Fernanda Graziella. *Nove clássicos do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

CASANOVA, González. La sociedad plural: la democracia en México. In: ROSENMAN, M. R. *De la sociología del poder a la sociología de la explotación*. México: Siglo XXI, 2015.

CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, Celso Furtado e desenvolvimento como falácia. In: *A. Ambiente & Sociedade* v.5, n.1, 2003

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *Textos para discussão*, n.2103. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa e Debate*, SP, volume 15, n. 2(26), 2004.
- FRANCKE, Pedro; SOTELO, Vicente. Es económicamente viable una economía post-extractivista? In: *Transiciones: post-extractivismo y alternativas al extractivismo en el Perú*. Lima: Red Peruana por la Globalización con Equidad; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2011.
- FRANK, Andre Gunder. *Development of underdevelopment*. Boston: New England Free Press, 1966.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009 (1ª ed., 1961).
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Teoria política do desenvolvimento econômico*. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (1ª ed., 1967).
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- GERMANI, Gino. *Sociología de la Modernización: estudios teóricos, metodológicos y aplicados a América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1971.
- GLASS, Verena. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: A história de Belo Monte. In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.
- GUDYNAS, Eduardo. *Diez tesis urgentes sobre el neoextractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*. Quito: CAAP: FLACSO, 2009.
- GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progresismo sudamericano. In: *Nueva sociedad: Democracia y política en América Latina*. Buenos Aires, n.237, 2010.
- GUDYNAS, Eduardo. Extracciones, extractivismo y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. In: *Observatório del Desarrollo*, n.18, 2013.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

- GUDYNAS, Eduardo. *Derechos de la naturaleza: Ética biocéntrica y políticas ambientales*. Lima: PDTG: CLAES, 2014.
- GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.
- GUDYNAS, Eduardo. Neo-extractivismo y crisis civilizatoria. In: ORTEGA, G. *América Latina: avanzando hacia la construcción de alternativas*. Asunción: BASE IS, 2017.
- HETTNE, Bjorn. *Development Theory and the Three Worlds*. London: Longman Group UK Limited, 1990.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. New York: Routledge, 1989.
- KAY, Cristóbal. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica do desenvolvimento. *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 84, 2018.
- LARRAIN. Jorge. *Theories of development. Capitalism, Colonialism and Dependency*. Cambridge: Polity Press, 1989.
- LOURENÇO, Daniel Braga. *Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- MALLORQUÍN, Carlos. Celso Furtado y la problemática regional, el caso del nordeste brasileño. In: *Revista de História Regional*, v.4, n.1, p.81-128, 1999.
- MALLORQUÍN, Carlos. *Celso Furtado: un retrato intelectual*. Ciudad de México: UACM: Pensamiento Proprio, 2013.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1965.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: GURRIERI, A. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- PREBISCH, Raúl. Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico. In: GURRIERI, A. *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1981.
- RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Civilização

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. In: *Sociología y subdesarrollo*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1965.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.